

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

O estreitamento das relações entre instituições policiais e comunidade como um todo, em determinado espaço geográfico, se coloca como uma forma eficaz de enfrentamento do sentimento generalizado de medo, de insegurança e de descrédito em relação à segurança pessoal e coletiva. Esse modo de responder ao problema da violência e da criminalidade de forma preventiva e com a participação da sociedade tem recebido denominações diferenciadas, tais como polícia comunitária, policiamento comunitário, polícia interativa, polícia cidadã, polícia amiga, polícia solidária, não havendo consenso quanto à melhor nomenclatura. No entanto, há o reconhecimento de todos que adotaram essas experiências quanto à sua efetividade na prevenção da violência; prova disso é que seu uso tem sido muito corrente nos dias atuais.

Podemos definir polícia comunitária como um processo pelo qual a comunidade e a polícia compartilham informações e valores de maneiras mais intensas, objetivando promover maior segurança e o bem-estar da coletividade. A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a apresentar um capítulo específico sobre segurança pública, no qual se encontra o artigo 144. Nessa perspectiva, ao incorporar a segurança pública na Carta Magna, o legislador instituiu um *status* de direito fundamental a essa matéria. Assim, o Estado é o principal garantidor da segurança pública, mas a responsabilidade recai sobre todos; conseqüentemente, em observância aos conceitos e aos princípios da filosofia de polícia comunitária, o cidadão passa a ser parceiro da organização policial, envolvendo-se na identificação de problemas, apontando prioridades e indicando soluções com relação à segurança pública, em uma perspectiva cidadã.

Severino da Costa Simão. **Polícia comunitária no Brasil: contribuições para democratizar a segurança pública**. Internet: <www.cchla.ufpb.br> (com adaptações).

Questão 1

De acordo com o texto CG1A1-I, o estreitamento das relações entre as instituições policiais e a comunidade

- A potencializa a sensação de segurança de um do modo geral.
- B atua na recuperação da credibilidade social quanto à necessidade da segurança pública.
- C ameniza o sentimento generalizado de medo, mas não reduz a criminalidade.
- D ajuda a responder a demandas específicas de segurança pública de forma efetiva.
- E contribui para reduzir a carga de trabalho dos agentes policiais.

Questão 2

Com relação à tipologia, o texto CG1A1-I é predominantemente

- A injuntivo.
- B dissertativo.
- C narrativo.
- D informativo.
- E descritivo.

Questão 3

Depreende-se do texto CG1A1-I que o conceito de polícia comunitária implica

- A a harmonia dos valores éticos da sociedade com os da polícia.
- B a garantia de segurança coletiva pautada na parceria entre polícia e sociedade.
- C a corresponsabilização dos cidadãos pelos atos praticados pela polícia.
- D a busca pelo bem-estar coletivo no trabalho conjunto da polícia e da sociedade.
- E a transferência da responsabilidade pela segurança pública do Estado para a sociedade.

Questão 4

No texto CG1A1-I, é de uso facultativo o sinal indicativo de crase empregado no trecho

- I “em relação à segurança pessoal e coletiva” (primeiro período do primeiro parágrafo).
- II “quanto à melhor nomenclatura” (penúltimo período do primeiro parágrafo).
- III “quanto à sua efetividade” (último período do primeiro parágrafo).
- IV “com relação à segurança pública” (último período do segundo parágrafo).

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas o item IV está certo.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 5

A correção gramatical e os sentidos do texto CG1A1-I seriam mantidos se o gerúndio “objetivando” (primeiro período do segundo parágrafo) fosse substituído por

- A com o objetivo de.
- B que objetiva.
- C os quais objetivam.
- D às quais objetivam.
- E onde o objetivo é.

Questão 6

Sem prejuízo da coerência, da coesão e da correção gramatical do texto CG1A1-I, poderia ser eliminada a vírgula empregada no trecho

- Ⓐ “Assim, o Estado é o principal garantidor da segurança pública” (último período do segundo parágrafo).
- Ⓑ “ao incorporar a segurança pública na Carta Magna, o legislador instituiu um *status* de direito fundamental a essa matéria” (penúltimo período do segundo parágrafo).
- Ⓒ “consequentemente, em observância aos conceitos e aos princípios da filosofia de polícia comunitária” (último período do segundo parágrafo).
- Ⓓ “com relação à segurança pública, em uma perspectiva cidadã” (último período do segundo parágrafo).
- Ⓔ “o cidadão passa a ser parceiro da organização policial, envolvendo-se na identificação de problemas” (último período do segundo parágrafo).

Questão 7

Com base no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens que se seguem, relativos a correspondência oficial.

- I A nomenclatura e a diagramação próprias do padrão ofício devem ser adotadas na elaboração tanto de um memorando quanto de um aviso.
- II Nos casos em que não for usado para o encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão.
- III O fecho indicado para uma correspondência oficial cujo destinatário seja uma autoridade de hierarquia inferior ou igual à do signatário é **Atenciosamente**.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 8

No corpo do texto de uma correspondência oficial dirigida a uma autoridade de postos militares, exceto oficial-general das Forças Armadas, deve-se usar o pronome de tratamento

- Ⓐ Vossa Reverência.
- Ⓑ Vossa Magnificência.
- Ⓒ Vossa Excelência.
- Ⓓ Vossa Senhoria.
- Ⓔ Vossa Eminência.

Questão 9

Um grupo de 90 pessoas foi considerado suspeito de um crime cometido em um local onde várias pessoas têm acesso. Desse grupo, 20 tinham álibi e foram liberadas, as demais ficaram detidas. Após uma investigação mais profunda, todos os detidos tiveram seus nomes inscritos em pelo menos uma de duas listas: a primeira com os nomes das pessoas que tiveram suas impressões digitais colhidas na cena do crime; a segunda com os nomes das pessoas que tinham motivos para cometer o crime. Ao final, verificou-se que a primeira lista tinha 41 nomes e a segunda, 35 nomes.

A partir dessa situação hipotética, e considerando que todos os nomes das pessoas detidas aparecem em pelo menos uma das listas e que um mesmo nome pode aparecer nas duas listas, é correto afirmar que exatamente

- Ⓐ 35 nomes aparecem somente na segunda lista.
- Ⓑ 33 nomes aparecem somente na segunda lista.
- Ⓒ 31 nomes aparecem somente na segunda lista.
- Ⓓ 27 nomes aparecem somente na segunda lista.
- Ⓔ 29 nomes aparecem somente na segunda lista.

Questão 10

residência	homem	mulher
João Pessoa	75	83
outras cidades da Paraíba	20	30
outros estados	15	17

A tabela acima mostra os resultados de uma pesquisa feita em um Shopping Center em João Pessoa sobre o local de residência de seus frequentadores, na qual foram entrevistadas 240 pessoas. Todas as fichas das 240 pessoas entrevistadas foram colocadas em um fichário.

Nessa situação, se uma das fichas for retirada aleatoriamente do fichário, a probabilidade da ficha corresponder a uma mulher residente na Paraíba é

- Ⓐ inferior a 0,35.
- Ⓑ superior a 0,36 e inferior a 0,42.
- Ⓒ superior a 0,56.
- Ⓓ superior a 0,43 e inferior a 0,49.
- Ⓔ superior a 0,50 e inferior a 0,55.

Questão 11

A seguir, são apresentadas as primeiras três colunas da tabela-verdade da proposição lógica $P \Rightarrow (Q \vee R)$, em que são utilizados os conectivos lógicos usuais e as letras maiúsculas representam proposições lógicas.

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

A partir dessas informações, assinale a opção que apresenta corretamente os valores V ou F da última coluna da tabela-verdade, listados de cima para baixo.

- Ⓐ V V V V F F F F
- Ⓑ V V F V F V V F
- Ⓒ V V V F V V V V
- Ⓓ V V V F V F V F
- Ⓔ V V V V V F F F

Questão 12

As variáveis aleatórias X_1, X_2, X_3, X_4 constituem uma amostra aleatória simples, retirada de uma distribuição normal com média igual a 10 e desvio padrão 2. Nesse caso, se \bar{X} representa a média amostral, a variável aleatória $(\bar{X} - 10)^2$ segue distribuição

- A normal.
- B t de Student.
- C qui-quadrado.
- D exponencial.
- E F de Snedecor.

Questão 13

Para as variáveis Y e X , em que Y denota a variável resposta e X representa a variável regressora, a correlação linear de Pearson entre Y e X é 0,8, o desvio padrão amostral de Y é 2, e o desvio padrão amostral de X é 4. Nesse caso, a estimativa de mínimos quadrados ordinários do coeficiente angular da reta de regressão linear simples é igual a

- A 0,40.
- B 1,60.
- C 0,64.
- D 0,80.
- E 0,50.

Questão 14

Uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi retirada para a estimação da média μ de uma população normal cuja variância é igual a 9. Se T representa o estimador de máxima verossimilhança de μ , o desvio padrão de T é igual a

- A 0,36.
- B 3,00.
- C 1,00.
- D 1,80.
- E 0,60.

Questão 15

Tendo em vista que as características de sistemas de governo, formas de governo e formas de Estado se entrelaçam e geram combinações bastante conhecidas entre as nações ocidentais, assinale a opção correta a esse respeito.

- A O parlamentarismo está atrelado a regimes republicanos com a participação da população na escolha do chefe de governo.
- B O semipresidencialismo une características do presidencialismo e do parlamentarismo; por isso, nesse sistema, o presidente é eleito pelo povo em caráter simbólico e com poderes limitados.
- C No presidencialismo, ocorre o acúmulo das funções de chefe de Estado e de chefe de governo em um único indivíduo.
- D No parlamentarismo, o chefe de Estado pode dissolver o parlamento, bem como nomear e demitir o primeiro-ministro.
- E No presidencialismo, o Poder Executivo é legitimado pelo Poder Legislativo.

Questão 16

Acerca da polícia civil, prevalece no STF o entendimento de que as Constituições dos estados podem

- A dar foro especial a delegado de polícia.
- B conferir *status* de carreira jurídica a delegado de polícia, com independência funcional.
- C estabelecer que o cargo de chefe de polícia seja ocupado por delegado de polícia em qualquer nível da carreira.
- D equiparar delegado-chefe a secretário de Estado.
- E vincular vencimentos de delegados de polícia a percentual do subsídio de juízes ou promotores.

Questão 17

Os direitos humanos são garantidos na Constituição Federal de 1988 (CF) como direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais a todos os cidadãos. Visando garantir a cidadania e a dignidade humana, por exemplo, a CF estabelece princípios como o

- A do interesse superior da criança e o da prioridade absoluta, que reconhecem crianças, adolescentes e jovens como pessoas em desenvolvimento e que devem ter os direitos garantidos com prioridade absoluta.
- B da autodeterminação dos povos e o da não-intervenção, que asseguram livremente o desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil, não admitindo qualquer espécie de interferência nos assuntos internos de outros Estados.
- C democrático e o republicano, ligando-os à ideia de soberania popular e à forma de governo escolhida pelo Estado brasileiro.
- D da igualdade e o do devido processo legal, que prevê a igualdade a todos, assegurando a regularidade do procedimento, o contraditório, a ampla defesa e a igualdade entre as partes.
- E da legalidade e o do acesso ao Poder Judiciário, segundo os quais a pessoa pode fazer tudo o que a lei não proíbe e nenhuma lesão pode ser subtraída da apreciação do Poder Judiciário.

Questão 18

O policial civil do estado da Paraíba que abandonar seu cargo estará sujeito a sanção disciplinar cuja aplicação competirá

- A ao secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social ou ao delegado-geral da Polícia Civil.
- B secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, privativamente.
- C ao governador do estado ou ao delegado-geral da Polícia Civil.
- D governador do estado, privativamente.
- E delegado-geral da Polícia Civil, privativamente.

Questão 19

No âmbito da administração pública, um parecer administrativo e um embargo de uma obra por fiscal estadual são atos administrativos classificados, respectivamente, como atos

- A enunciativo e de império.
- B declaratório e de gestão.
- C constitutivo e de gestão.
- D declaratório e de império.
- E constitutivo e de gestão.

Questão 20

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os direitos que são garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais e que se aplicam aos servidores ocupantes de cargo público incluem

- Ⓐ remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.
- Ⓑ seguro contra acidentes de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; remuneração do trabalho noturno superior ao diurno.
- Ⓒ adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas; seguro contra acidentes de trabalho; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- Ⓓ licença-paternidade, nos termos fixados em lei; proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; remuneração do trabalho noturno superior ao diurno.
- Ⓔ gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; seguro contra acidentes de trabalho; licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

Quando o agente pratica o crime com determinado dolo, mas, por culpa sobressai um resultado mais grave do que o esperado, ocorre

- A** erro de tipo.
- B** erro de execução.
- C** crime preterdoloso.
- D** concorrência de culpa.
- E** erro de proibição.

Questão 22

Considere que A seja parado em uma barreira policial e que um policial militar B, ao ver nos documentos de A que o veículo está com inúmeras multas vencidas, sugira que A lhe pague um valor simbólico para poder continuar a viagem. Se B receber de A um valor em reais e, por isso, não realizar a apreensão do veículo, é correto afirmar que, nessa situação,

- A** A pratica corrupção ativa e B pratica concussão.
- B** A e B praticam corrupção ativa.
- C** A pratica corrupção ativa, e B, corrupção passiva.
- D** A e B praticam corrupção passiva.
- E** B pratica corrupção passiva, sendo a conduta de A atípica.

Questão 23

X, servidor público, pega, da repartição pública em que trabalha, cinco caixas com 50 canetas esféricas, cujo valor é de R\$ 40,00 cada uma, antes de encerrar o expediente, aproveitando-se de que era o último a sair da sala e de que não havia mais ninguém no local.

Nessa situação hipotética, a conduta praticada por X é caracterizada como

- A** concussão.
- B** peculato.
- C** atípica, em razão da insignificância da conduta.
- D** furto.
- E** corrupção ativa.

Questão 24

De acordo com o Código Penal, o juiz poderá deixar de aplicar a pena no crime de subtração de incapazes quando

- A** o autor da conduta for o pai da criança, se temporariamente privado da guarda.
- B** o caso for de restituição de menor, desde que este não tenha sofrido maus-tratos ou privações.
- C** o autor da conduta for o curador, na hipótese de incapaz maior de idade, e tiver sido destituído anteriormente da curatela.
- D** o autor da conduta for o tutor do menor, caso tenha sido anteriormente privado da tutela.
- E** o autor da conduta for o irmão da criança ou do curatelado.

Questão 25

B é um adolescente de 13 anos com sérios problemas de autoestima, o que o conduz a um estado de depressão. A, maior de idade, sabendo das condições de B e interessado na fortuna de que este é destinatário, instiga-o a se matar, convencendo-o de que o paraíso seria muito melhor para ele do que a situação atual. B, em razão disso, suicida-se.

Nessa situação hipotética, a conduta de A é considerada

- A** homicídio simples.
- B** induzimento ao suicídio na forma simples.
- C** atípica, haja vista não ter praticado nenhum ato executório.
- D** induzimento ao suicídio na forma qualificada.
- E** homicídio qualificado.

Questão 26

Pode excluir a imputabilidade penal

- A** a paixão.
- B** a embriaguez accidental causada por substância análoga ao álcool.
- C** a emoção.
- D** a embriaguez voluntária causada pelo álcool.
- E** a embriaguez culposa causada pelo álcool.

Questão 27

A, com 35 anos de idade, em razão de seu vício, entra na casa de B, seu pai, que tem 62 anos de idade, arrombando a porta, utilizando violência contra o objeto e levando a televisão que se encontra no interior da residência.

Nessa situação hipotética, a conduta de A

- A** é punível por furto simples.
- B** é punível por furto qualificado.
- C** é punível por furto em concurso com dano.
- D** não é punível em razão da relação de parentesco entre A e B.
- E** é punível por roubo.

Questão 28

O médico dermatologista que, sem necessidade e aproveitando-se da confiança da paciente, apalpa a vítima em suas regiões íntimas, pratica

- A** estupro.
- B** assédio sexual.
- C** estupro de vulnerável.
- D** violação sexual mediante fraude.
- E** importunação sexual.

Questão 29

O consentimento do ofendido no crime de estupro configura

- A** excludente de tipicidade.
- B** excludente de culpabilidade.
- C** o tipo penal do estupro.
- D** a causa supralegal de excludente de ilicitude.
- E** excludente de punibilidade.

Questão 30

A comenta a vida sexual de B com diversas pessoas, expondo fatos que B entende como reprováveis socialmente. Entretanto, os fatos são verdadeiros, podendo A, inclusive, prová-los. Nessa situação hipotética, A

- A** não praticou conduta imputável alguma, em razão de os fatos serem verdadeiros.
- B** praticou calúnia.
- C** praticou difamação.
- D** praticou injúria.
- E** praticou importunação sexual.

Questão 31

Um indivíduo que, no intuito de faltar ao trabalho, apresenta atestado médico falso criado por ele mesmo, inclusive com o timbre da rede pública de saúde, pratica

- A** uso de atestado médico falso.
- B** falsidade de atestado médico em concurso com o uso de documento público materialmente falso.
- C** falsidade de atestado médico em concurso com o crime de uso de documento ideologicamente falso.
- D** uso de documento ideologicamente falso.
- E** uso de documento público materialmente falso.

Questão 32

Considera-se crime omissivo próprio

- Ⓐ a corrupção passiva.
- Ⓑ a violação de sigilo funcional.
- Ⓒ o emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- Ⓓ a condescendência criminosa.
- Ⓔ a concussão.

Questão 33

O inquérito policial tem por finalidade

- Ⓐ apurar elemento de autoria e materialidade de um crime.
- Ⓑ definir qual é o juízo competente para processar e julgar a ação penal.
- Ⓒ impedir a prática de novos crimes.
- Ⓓ averiguar a necessidade de prisão do autor do crime.
- Ⓔ apreender objetos pertencentes a vítimas ou utilizados na prática de crimes.

Questão 34

A acareação como instrumento de provas

- Ⓐ é destinada a elucidar provas técnicas.
- Ⓑ não é admissível na fase policial.
- Ⓒ é exclusiva do Ministério Público.
- Ⓓ pode ser determinada de ofício pelo juízo.
- Ⓔ é admitida exclusivamente nos crimes dolosos contra a vida.

Questão 35

A prisão preventiva

- Ⓐ pode ser decretada pela autoridade policial.
- Ⓑ pode ser decretada nos crimes culposos.
- Ⓒ tem como limite máximo de prisão 30 dias, prorrogável por igual período.
- Ⓓ não pode ser decretada nos crimes contra a ordem econômica.
- Ⓔ pode ser revogada a requerimento do Ministério Público.

Questão 36

Um delegado de polícia recebeu uma carta anônima na qual se comunicava a ocorrência de um crime praticado por uma pessoa cuja identificação era feita apenas pela respectiva alcunha, não sendo especificadas as características dessa pessoa, autora do crime.

No que se refere a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A autoridade policial não poderá instaurar inquérito policial em decorrência da origem anônima da *notitia criminis*.
- Ⓑ A autoridade policial não poderá mandar instaurar inquérito policial em decorrência da falta de identificação do autor do crime.
- Ⓒ Independentemente da origem da delação criminal, da falta de identificação do autor do crime, e da natureza do crime, a autoridade policial tem o dever de instaurar inquérito policial, sob pena de prevaricação.
- Ⓓ Verificada a procedência das informações, a autoridade policial poderá mandar instaurar inquérito policial caso se trate de crime cuja natureza da ação penal seja pública incondicionada.
- Ⓔ A autoridade policial não poderá mandar instaurar inquérito policial sem a existência de prova material da ocorrência do ato criminoso.

Questão 37

Após a instauração de um inquérito policial, foram realizadas inúmeras diligências sem que se chegasse à materialidade do crime que deu origem à investigação criminal.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca de arquivamento e desarquivamento do inquérito policial.

- Ⓐ O delegado de polícia poderá mandar arquivar os autos do inquérito, mas poderá desarquivá-lo a qualquer tempo, após a realização de novas diligências elucidativas.
- Ⓑ O delegado de polícia só poderá mandar arquivar os autos do inquérito após a anuência do Ministério Público.
- Ⓒ Somente a autoridade judiciária poderá mandar arquivar os autos do inquérito.
- Ⓓ O delegado de polícia ou o Ministério Público somente poderão mandar arquivar os autos do inquérito se o crime estiver prescrito.
- Ⓔ O arquivamento dos autos do inquérito pode ocorrer mediante determinação do Ministério Público e independe de pronunciamento obrigatório do Poder Judiciário.

Questão 38

Uma autoridade policial instaurou inquérito para apurar a prática de crime de peculato, de corrupção ativa e de associação criminosa por agentes de determinado órgão público. Para reunir provas das condutas delitivas e da autoria, a autoridade policial pretende proceder à busca e apreensão dos documentos e equipamentos eletrônicos que se encontram na residência de um dos investigados.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A autoridade policial poderá proceder pessoalmente a diligência na residência do investigado, independentemente de autorização judicial e/ou do seu morador, desde que o faça durante o dia.
- Ⓑ A autoridade policial poderá proceder a pessoalmente a diligência na residência do investigado, independentemente de autorização judicial e/ou do seu morador, a qualquer hora do dia ou da noite.
- Ⓒ A diligência somente poderá ser cumprida mediante autorização da autoridade judiciária competente, que mandará expedir o respectivo mandado de busca e apreensão a ser cumprido durante o dia.
- Ⓓ A autoridade policial poderá mandar expedir o mandado de busca e apreensão que deve ser cumprido pelos agentes de polícia, que só poderão cumprir a diligência durante o dia.
- Ⓔ A diligência poderá ser cumprida pelos agentes de polícia a qualquer hora do dia, independentemente de mandado judicial ou policial.

Questão 39

A respeito do valor probatório do inquérito policial, assinale a opção correta.

- Ⓐ As provas orais colhidas exclusivamente na fase policial são capazes de justificar o provimento condenatório.
- Ⓑ Todas as provas colhidas na fase policial possuem o mesmo valor probatório daquelas colhidas na fase processual, e são suficientes para justificar o provimento condenatório.
- Ⓒ As provas colhidas na fase policial possuem valor relativo, tendo em vista que não se submetem ao contraditório, à ampla defesa e não são colhidas pela autoridade judicial.
- Ⓓ A valoração do inquérito policial fica a critério do juiz sentenciante, que, de acordo com as circunstâncias apresentadas em cada caso, poderá condenar o acusado com base em provas colhidas exclusivamente na fase policial.
- Ⓔ As provas colhidas na fase policial servem exclusivamente para justificar a admissibilidade da ação penal, pois as características do inquérito tornam as provas imprestáveis para justificar o provimento condenatório.

Questão 40

Gustavo subtraiu para si a motocicleta de Pedro, que se encontrava estacionada no centro da cidade de João Pessoa. Ao avistar o infrator conduzindo a sua motocicleta, Pedro deu alarde e, imediatamente, Osvaldo, um transeunte que passava pelo local e dois policiais militares que presenciaram o fato seguiram em perseguição ao infrator.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caso alcance o autor do crime, Osvaldo não poderá efetuar a prisão em flagrante.
- Ⓑ A prisão em flagrante poderá ser executada a qualquer tempo por qualquer agente da polícia civil, ainda que não tenha presenciado o fato, desde que o infrator ainda esteja na posse do *res furtiva*.
- Ⓒ A prisão em flagrante poderá ser executada pelos policiais militares ainda que decorrido o limite de 24 horas da ocorrência do fato, desde que não tenha cessado a perseguição.
- Ⓓ A prisão em flagrante só pode ser efetuada pelo delegado de polícia.
- Ⓔ Por ter presenciado o crime, Osvaldo poderá prender em flagrante delito o autor do crime, a qualquer tempo, ainda que tenha cessado a perseguição.

Questão 41

Um delegado de polícia instaurou inquérito para apurar um crime de extorsão mediante sequestro, e as provas até então colhidas indicaram que a autoria do crime recaía sobre um indivíduo estrangeiro. As investigações mostraram que o estrangeiro responde por outros crimes e que está com passagem aérea marcada para regressar ao seu país de origem.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ O delegado de polícia poderá efetuar a prisão preventiva do indivíduo estrangeiro, independentemente de ordem judicial.
- Ⓑ O delegado de polícia poderá representar à autoridade judiciária competente requisitando a decretação da prisão preventiva do indivíduo estrangeiro.
- Ⓒ A inexistência de flagrante delito impede a custódia preventiva do indivíduo estrangeiro.
- Ⓓ O delegado de polícia poderá efetuar a prisão do indivíduo estrangeiro e, em seguida, requerer a autoridade judiciária que decreta a sua prisão temporária.
- Ⓔ O delegado de polícia poderá prender o indivíduo estrangeiro para averiguação e mantê-lo custodiado até obter a ordem de prisão preventiva.

Questão 42

No que se refere ao inquérito policial, julgue os itens a seguir.

- I A falta de indicação do tipo penal supostamente praticado pelo indiciado não provoca a nulidade das investigações nem do relatório conclusivo emitido nos autos do inquérito pela autoridade policial.
- II Os atos ilegais praticados pela autoridade policial no decorrer do inquérito policial ficam sujeitos a revisão da autoridade judiciária competente.
- III Todo investigado tem direito de produzir provas capazes de comprovar a sua inocência e impedir o seu indiciamento em sede de investigação policial.
- IV Todo investigado tem direito de receber da autoridade policial informações relacionadas a investigações policiais em curso contra si.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 43

A respeito das provas no processo penal, julgue os itens a seguir.

- I Nas ações penais em que o acusado nega a autoria do crime que lhe fora imputado, o ônus probante incumbe à acusação.
- II A confissão do acusado prestada em interrogatório perante a autoridade judiciária constitui prova suficiente para assegurar o seu provimento condenatório.
- III Nos crimes cometidos mediante destruição de obstáculo, a falta do exame de corpo de delito impede o provimento condenatório.
- IV As provas documentais obtidas em decorrência de interceptação telefônica ilegal são consideradas provas ilícitas por derivação.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I, II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 44

No que se refere à prisão cautelar, julgue os itens a seguir.

- I A prisão em flagrante não impede que o autor do crime responda ao processo em liberdade.
- II O descumprimento de medidas cautelares por parte do acusado pode viabilizar a decretação da sua prisão preventiva.
- III A prisão temporária é uma espécie de prisão cautelar admissível na fase policial e judicial.
- IV É inadmissível a conversão da prisão em flagrante de crime afiançável em prisão preventiva.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Questão 45

Considerando a Lei n.º 11.343/2006, que criminaliza o tráfico ilícito de drogas, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o tráfico privilegiado não é considerado crime hediondo nem a ele equiparado, embora não haja previsão legal expressa nesse sentido.
- Ⓑ A mera guarda, sem autorização, de instrumento ou objeto destinado à preparação de drogas configura conduta atípica, por constituir ato preparatório (*ante factum*) impunível.
- Ⓒ Havendo condenação por tráfico de drogas, é possível que, observado o período depurador, o juiz reconheça a reincidência em razão de condenação definitiva por crime anterior de posse de droga para uso próprio, o que impõe, por sua vez, o afastamento do tráfico privilegiado.
- Ⓓ Para os crimes praticados antes da vigência da mencionada lei, é possível a fixação da pena-base com fulcro na legislação revogada, mais benéfica, com a aplicação da nova causa especial de diminuição de pena inaugurada pela legislação atual (tráfico privilegiado), por força do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica ao acusado.
- Ⓔ Não se mostra possível a fixação de regime inicial fechado ao condenado por tráfico privilegiado.

Questão 46

Assinale a opção correta com base no disposto na Lei n.º 7.716/1989.

- A** O crime descrito no art. 20 dessa lei independe de elemento subjetivo especial (especial fim de agir) consistente na finalidade de menosprezar ou discriminar a vítima.
- B** É constitucional a proibição à celebração de contrato de sociedade empresária com a administração pública, com base na condenação de diretor, gerente ou empregado por crime de racismo.
- C** O crime de racismo é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- D** No caso de o crime descrito no art. 20 ser praticado por intermédio de meios de comunicação social, o juiz, ouvido o Ministério Público, pode determinar de ofício a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores.
- E** Em caso de condenação de servidor público por crime de racismo, é efeito automático da condenação a perda do cargo ou da função pública.

Questão 47

A respeito das organizações criminosas e infrações penais correlatas, assinale a opção correta considerada a jurisprudência dos tribunais de superposição.

- A** Para o processamento e o julgamento de infrações penais relativas a organizações criminosas armadas, milícias privadas e infrações conexas, admite-se, por resolução do tribunal de justiça ou do tribunal regional federal, de forma incidental, a designação do chamado “juiz sem rosto”.
- B** O crime de impedir ou, de qualquer forma, embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa abrange condutas praticadas durante o inquérito policial, mas não durante o processo penal, quando não há mais investigação, por força da vedação à analogia *in malam partem*.
- C** Se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.
- D** Os meios de obtenção de prova previstos na Lei n.º 12.850/2013 não se aplicam à investigação de qualquer infração penal, mas apenas àquelas que envolvam organização criminosa.
- E** São efeitos extrapenais automáticos da condenação definitiva por organização criminosa a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo do funcionário público e a interdição para o exercício de cargo ou função pública pelo prazo de oito anos a partir do cumprimento integral da pena.

Questão 48

A respeito das organizações criminosas e infrações penais correlatas, assinale a opção correta com base na jurisprudência dos tribunais de superposição.

- A** A colaboração premiada, inserida no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei n.º 12.850/2013, constitui uma modalidade de justiça penal negociada, em oposição à justiça penal conflitiva.
- B** Nos depoimentos que prestar, o colaborador deverá renunciar, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, mas não estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.
- C** É privativa do Ministério Público a legitimidade para oferecer e negociar acordos de colaboração premiada, considerada a titularidade exclusiva da ação penal pública.
- D** O papel do Poder Judiciário em relação ao acordo de colaboração premiada não se restringe ao exame de sua regularidade, legalidade e voluntariedade.
- E** Após ser beneficiado por perdão ou não denunciado como resultado de acordo de colaboração premiada, o colaborador poderá ser ouvido em juízo a requerimento das partes, mas não por iniciativa da autoridade judicial.

Questão 49

A respeito dos crimes hediondos e dos crimes a eles equiparados, assinale a opção correta.

- A** O recrudescimento da resposta penal aos crimes hediondos e aos a eles equiparados decorre de mandado de criminalização que pode ser classificado como norma constitucional de eficácia contida.
- B** Embora o ordenamento jurídico brasileiro tenha adotado o sistema legal de definição dos crimes hediondos, a Lei n.º 13.964/2019 inseriu na legislação pátria a chamada cláusula salvatória, em atenção à crítica doutrinária à redação original da Lei n.º 8.072/1990.
- C** Os crimes hediondos têm como elemento comum o emprego de violência ou grave ameaça à pessoa, o qual não está previsto, contudo, para os crimes equiparados aos hediondos.
- D** Consideram-se hediondos os crimes de genocídio, associação para o genocídio e incitação ao genocídio.
- E** Os crimes tipificados no Código Penal Militar com equivalente na legislação penal comum (crimes militares impróprios) estão incluídos no rol de crimes hediondos.

Questão 50

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção correta em relação aos crimes contra a ordem tributária.

- A** A aplicação da qualificadora prevista no art. 12, I, da Lei n.º 8.137/1990 pelo magistrado pode ser fundamentada no expressivo valor do tributo, independentemente de haver, na denúncia, expressa indicação do montante do valor sonegado.
- B** A constituição definitiva do crédito tributário não interfere no prazo prescricional da pretensão punitiva relativa aos crimes descritos no art. 1.º, I a IV, da Lei n.º 8.137/1990.
- C** A consumação dos crimes tipificados no art. 1.º, I a IV, da Lei n.º 8.137/1990 depende da constituição definitiva do crédito tributário.
- D** Em razão do princípio da irretroatividade da norma penal, é inviável a aplicação da Súmula Vinculante n.º 24 a fatos ocorridos antes de sua publicação.
- E** A caracterização dos crimes descritos no art. 1.º, I a IV, da Lei n.º 8.137/1990 dependem da comprovação de elemento subjetivo especial do tipo (especial fim de agir).

Questão 51

A respeito da Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e observada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ O crime de disparo de arma de fogo (art. 15) é crime de perigo concreto.
- Ⓑ A *abolitio criminis* temporária prevista nos arts. 30, 31 e 32 abarcava, originalmente, tanto a posse de arma de fogo de uso permitido quanto a de arma de fogo de uso restrito ou equiparado.
- Ⓒ Por constituir crime de perigo abstrato, a conduta de portar ou de possuir arma de fogo é considerada típica, mesmo que demonstrada por laudo pericial a inaptidão da arma de fogo para o disparo.
- Ⓓ A regra prevista nos arts. 30 e 32 não alcança os crimes de posse ilegal de arma de fogo praticados sob a vigência da Lei n.º 9.437/1997.
- Ⓔ Aplica-se o princípio da consunção aos delitos de posse ilegal de arma de fogo e disparo de arma em via pública, mesmo quando praticados em momentos diversos e em contextos distintos.

Questão 52

No que concerne à identificação criminal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se consideradas insuficientes para identificar o indiciado, as cópias dos documentos de identificação apresentados não deverão ser juntadas aos autos do inquérito, ou outra forma de investigação.
- Ⓑ O civilmente identificado não será, em nenhuma hipótese, submetido à identificação criminal.
- Ⓒ Por despacho da autoridade policial, a identificação criminal considerada essencial à investigação poderá incluir a coleta de material biológico para a obtenção de perfil genético.
- Ⓓ Decorridos 20 anos do cumprimento da pena, será automática a exclusão do perfil genético do condenado dos bancos de dados.
- Ⓔ No caso de não oferecimento da denúncia, ou de sua rejeição, ou absolvição, é facultado ao indiciado ou ao réu, após o arquivamento definitivo do inquérito, ou trânsito em julgado da sentença, requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo, desde que apresente provas de sua identificação civil.

Questão 53

A respeito dos crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 13.869/2019), assinale a opção correta.

- Ⓐ A pena privativa de liberdade pode ser substituída por proibição de exercer, pelo prazo de 1 a 3 anos, funções de natureza policial ou militar no município onde tiver sido praticado o crime e naquele em que residir ou trabalhar a vítima.
- Ⓑ O reconhecimento de causa legal de exclusão de ilicitude na sentença penal faz coisa julgada nos âmbitos cível e administrativo-disciplinar.
- Ⓒ A sentença penal condenatória tem por efeito tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido ou do Ministério Público, fixar na sentença o valor mínimo da reparação.
- Ⓓ A configuração de crime de abuso de autoridade independe de elemento subjetivo especial do tipo.
- Ⓔ Constitui crime de abuso de autoridade induzir ou instigar pessoa a praticar infração penal com o fim de capturá-la em flagrante delito, fora das hipóteses previstas em lei e ressalvadas as situações de flagrante esperado, retardado, prorrogado ou diferido.

Questão 54

A respeito da interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas e medidas correlatas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Embora não previsto especificamente na Constituição Federal, o direito ao sigilo das comunicações telefônicas é compreendido como um consectário do direito à inviolabilidade da vida privada e da intimidade.
- Ⓑ O requerimento de interceptação telefônica deve expor a necessidade da medida para a apuração de infração penal, inadmitindo-se o requerimento na forma verbal, e deverá ser decidido pelo juiz em até vinte e quatro horas.
- Ⓒ A instalação de dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, na casa do investigado, mediante decisão judicial prévia, a requerimento da autoridade policial ou Ministério Público, observado o princípio da subsidiariedade.
- Ⓓ A captação ambiental deve ser deferida por prazo determinado, de até quinze dias, não sendo admitida renovação se não estiver presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada.
- Ⓔ A gravação que não interessar à prova não poderá ser inutilizada, para que sejam garantidas a integridade e a autenticidade do conjunto probatório.

Questão 55

A respeito dos crimes contra a criança e o adolescente e de sua investigação, assinale a opção correta.

- Ⓐ A simples simulação da participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por representação visual é conduta penalmente atípica.
- Ⓑ A infiltração de agentes de polícia na internet para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e adolescente depende de decisão judicial prévia e de prévio requerimento do Ministério Público.
- Ⓒ Em caso de condenação pela divulgação de cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, o grande interesse do agente criminoso por material pornográfico não justifica a exasperação da pena-base a título de conduta social ou personalidade.
- Ⓓ A infiltração policial não poderá exceder o prazo de 180 dias, renovável por um período, desde que seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade policial.
- Ⓔ As informações da operação de infiltração serão encaminhadas diretamente ao membro do Ministério Público oficiante na investigação, que zelará por seu sigilo.

Questão 56

Em relação aos crimes relacionados a drogas e ao procedimento especial regido pela Lei n.º 11.343/2006, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os imóveis rurais e urbanos nos quais forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão expropriados, sem indenização ao proprietário, e serão destinados à reforma agrária e a programas de habitação popular.
- Ⓑ Descobertas as plantações ilícitas, estas serão imediatamente destruídas pelo delegado de polícia, sendo guardada amostra para o exame pericial e vedada a utilização de queimada.
- Ⓒ A ausência de laudo toxicológico definitivo acarreta a absolvição do acusado, por falta de comprovação da materialidade do crime de tráfico, sendo inadmitida a possibilidade de comprovação da materialidade por laudo de constatação provisório.
- Ⓓ O inquérito policial será concluído no prazo de 30 dias se o indiciado estiver preso, e de 90 dias, quando solto, vedada a renovação do prazo.
- Ⓔ O perito que subscrever o laudo de constatação ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

Questão 57

Em *big data*, os dados que são intermediários entre o início e o fim do processo são os dados

- A de destino.
- B transacionais.
- C de análise.
- D de *staging*.
- E de origem.

Questão 58

Na fase de levantamento de dados para sistemas de informação, a técnica que é executada em grupo com o objetivo de gerar o maior número possível de ideias denomina-se

- A *brainstorming*.
- B prototipagem.
- C questionário.
- D Delphi.
- E entrevista.

Questão 59

A camada do modelo OSI que tem como objetivo a transformação do canal de transmissão em uma linha livre de erros é a camada de

- A apresentação.
- B rede.
- C transporte.
- D sessão.
- E enlace de dados.

Questão 60

Para que entidades externas acessem suas funcionalidades, um sistema oferece a interface de comunicação denominada de

- A JSON (*JavaScript Object Notation*).
- B API (*Application Programming Interface*).
- C FTP (*File Transfer Protocol*).
- D XML (*eXtensible Markup Language*).
- E HTTP (*Hypertext Transfer Protocol*).

Questão 61

Assinale a opção em que são apresentadas as camadas de rede presentes tanto no modelo OSI como no TCP/IP.

- A enlace, transporte e sessão
- B enlace, transporte e aplicação
- C Internet, transporte e apresentação
- D transporte, sessão e apresentação
- E física, Internet e sessão

Questão 62

Assinale a opção que corresponde à ferramenta que converte um programa escrito em linguagem Python para a linguagem de máquina antes de executá-lo.

- A interpretador
- B programador
- C compilador
- D executor de *script*
- E implementador

Questão 63

Em um banco de dados relacional, o atributo que estabelece a relação de uma entidade com a chave primária de outra entidade é

- A o relacionamento.
- B a chave estrangeira.
- C a tupla.
- D a chave secundária.
- E a integridade referencial.

Questão 64

Uma rede de comunicação que permite a conexão de computadores para compartilhamento de recursos, como impressoras, é denominada rede

- A pessoal.
- B interligada.
- C metropolitana.
- D de longa distância.
- E local.

Questão 65

A árvore de decisão é uma técnica utilizada em mineração de dados cuja abordagem para a criação de regras para utilização nos próximos eventos é a

- A estratificação.
- B identificação de interações.
- C predição.
- D segmentação.
- E combinação de categorias.

Questão 66

Na teoria da informação, os insumos para a tomada de decisão na organização são apresentados na fase de

- A geração da informação.
- B tomada de decisão.
- C provisão de conhecimento.
- D acompanhamento de resultados.
- E aquisição de dados.

Questão 67

Quando não possui nenhuma característica incompatível com a computação em nuvem, o sistema classifica-se como

- A incompatível com a nuvem.
- B compatível com a nuvem.
- C pronto para a nuvem.
- D otimizado para a nuvem.
- E alinhado com a nuvem.

Questão 68

Assinale a opção que apresenta o erro que ocorre quando há referência a uma célula vazia em uma planilha Excel.

- A #N/D
- B #VALOR!
- C #NOME?
- D #NULO!
- E #NÚM!

Questão 69

Segundo a teoria contábil contemporânea, a contabilidade é mais adequadamente classificada como uma

- A metodologia.
- B técnica.
- C arte.
- D prática.
- E ciência.

Questão 70

A contabilidade tem por objeto

- A o registro dos eventos que afetam o patrimônio.
- B o sistema de contas.
- C a divulgação de informações úteis ao usuário.
- D as entidades contábeis em geral.
- E o patrimônio das entidades.

Questão 71

No balancete de encerramento de uma entidade, o saldo total do ativo somou R\$ 301.300, enquanto o passivo somou R\$ 298.600; o total das cotas de despesas (inclusos os custos de produtos vendidos) somou R\$ 55.500 e as receitas totalizaram R\$ 52.800.

Nessas condições, após a apuração do resultado do exercício, o total do patrimônio líquido será um valor

- A** positivo, inferior a R\$ 2 mil.
- B** negativo, em menos de R\$ 2 mil.
- C** nulo.
- D** positivo, superior a R\$ 2 mil.
- E** negativo, em mais de R\$ 2 mil.

Questão 72

Uma empresa adquiriu, em 1.º de dezembro, mercadorias no exterior por US\$ 10 mil, ao câmbio de R\$ 5,5/US\$ 1; as mercadorias foram recebidas em 29 de dezembro, sem variação cambial, contudo, em 31 de dezembro, a taxa de câmbio era de R\$ 6/US\$ 1.

Nessas condições, o departamento de contabilidade da empresa deve

- A** abster-se de reconhecer qualquer variação cambial, pois a variação do estoque compensa a variação da obrigação.
- B** reconhecer apenas a valorização dos estoques.
- C** abster-se de realizar qualquer lançamento, pois a contabilidade é feita em reais e não em dólares.
- D** reconhecer uma variação cambial positiva de R\$ 5 mil e uma variação cambial negativa de mesmo valor.
- E** reconhecer apenas a variação cambial do passivo de importação.

Questão 73

Uma entidade liquidou uma obrigação incorrendo em juros moratórios por atraso; a obrigação foi paga por débito na conta corrente da entidade. Nessa situação, assinale a opção que apresenta corretamente o lançamento contábil de terceira fórmula que melhor reflete o fato descrito.

- A** D – Fornecedores
C – Bancos conta movimento
C – Juros passivos a transcorrer
- B** D – Fornecedores
D – Bancos conta movimento
C – Despesa com juros
- C** D – Contas a pagar
D – Despesa com juros
C – Bancos conta movimento
- D** D – Obrigações a pagar
D – Juros passivos a transcorrer
C – Bancos conta movimento
- E** D – Contas a pagar
C – Bancos conta movimento
C – Despesa com juros

Questão 74

Uma empresa varejista, tributada pelo lucro presumido, adquiriu mercadorias no montante de R\$ 100 mil, com incidência de 16% de ICMS e 10% de IPI; a nota fiscal de compra somou R\$ 110 mil e a empresa adquirente não é contribuinte do IPI. Se essas são as únicas informações relevantes para fins contábeis, então o valor líquido do estoque contabilizado é de

- A** R\$ 84.000.
- B** R\$ 94.000.
- C** R\$ 126.000.
- D** R\$ 100.000.
- E** R\$ 110.000.

Questão 75

No que se refere aos fatos contábeis modificativos, julgue os itens seguintes.

- I Recebimento de uma máquina em doação, sem ônus.
- II Compra de um veículo, parte à vista e parte financiada.
- III Liquidação de uma obrigação com entrega de itens do estoque.
- IV Baixa de uma duplicata considerada incobrável.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 76

O movimento do período, seguido dos respectivos saldos, devedores ou credores, é informação disponível

- A** apenas nos balancetes de oito colunas.
- B** apenas no balancete de duas colunas.
- C** nos balancetes de duas e de quatro colunas.
- D** nos balancetes de quatro e de seis colunas.
- E** nos balancetes de seis e de oito colunas.

Questão 77

A situação patrimonial de uma entidade em dado momento é relatada

- A** pelo balanço patrimonial.
- B** pela demonstração de resultado do exercício.
- C** pela demonstração dos fluxos de caixa.
- D** pelo ativo.
- E** pelo patrimônio líquido.

Questão 78

Na demonstração do resultado do exercício, o ganho obtido na venda de um equipamento utilizado em processos que deixaram de fazer parte das atividades fins da entidade é apresentado em

- A** resultado de operações descontinuadas.
- B** ganho não operacional.
- C** outros ganhos e perdas operacionais.
- D** outros resultados abrangentes.
- E** ganho não recorrente.

Questão 79

Ao final de determinado período contábil, uma entidade apresentou uma geração negativa de caixa operacional de R\$ 125 mil. Nesse mesmo período, os sócios da entidade aumentaram o capital social em R\$ 200 mil, a empresa adquiriu novos equipamentos no valor de R\$ 150 mil e vendeu equipamentos antigos pelo valor líquido de R\$ 60 mil. O saldo final de caixa e equivalentes foi de R\$ 15 mil. Se essas são as únicas operações relevantes, então o caixa de início de período era de

- A** R\$ 15 mil.
- B** R\$ 30 mil.
- C** R\$ 45 mil.
- D** R\$ 60 mil.
- E** R\$ 75 mil.

Questão 80

Segundo a Resolução n.º 1.328/2011 do Conselho Federal de Contabilidade, os peritos contadores, no exercício de suas atividades profissionais, devem observar, no mínimo, as normas

- A** NBC-TG e NBC-PI.
- B** NBC-PA e NBC-PI.
- C** NBC-PP e NBC-TP.
- D** NBC-TG e NBC-TA.
- E** NBC-TI e NBC-TP.

Espaço livre